

ESPAÇO E SUSTENTABILIDADE: GOVERNANÇA PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Space and Sustainability: Governance for Sustainable Cities

Gerson de FREITAS JUNIOR*
Elisa Pinheiro de FREITAS**

Resumo: Este ensaio teórico discute conceitos e práticas vinculados à organização dos espaços das cidades baseada na participação das pessoas na busca por cidades sustentáveis. As cidades têm apresentado desarticulação entre a esfera político-normativa e a participação coletiva no planejamento e na tomada de decisões, de forma que: a) são necessários planejamento e gestão contínuos; b) é preciso democratizar, ampliar, aprofundar e tornar permanente a participação popular para a construção da governança; c) o exercício da cidadania depende da apropriação social e coletiva da cidade e d) o planejamento e a gestão não podem ser desvinculados de escalas mais amplas abordagem.

Palavras-chave: cidades sustentáveis, urbano, sustentabilidade.

Abstract: This theoretical essay discusses concepts and practices related to the organization of city spaces based on the participation of people in the search for sustainable cities. Cities have shown disarticulation between the political-normative sphere and collective participation in planning

Introdução

Este ensaio visa discutir conceitos e práticas vinculados ao espaço urbano sob a perspectiva da organização dos espaços das cidades, baseada na participação efetiva das pessoas na busca por cidades sustentáveis. É dedicado principalmente a estudantes que se interessam em estudar as cidades.

O texto está organizado de forma que inicialmente abordou-se as cidades sob a perspectiva histórica, contextualizando os problemas ambientais, em seguida discutiu-se algumas possibilidades de abordagem das cidades sob o enfoque espacial da Geografia e, por fim, foram colocados princípios e conceitos relacionados à Governança.

* Mestre em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutorando em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento pela Universidade Aberta de Portugal (DSSD/UAb) / Prof. da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC). Membro do Grupo de Investigação Governança Socioambiental e Sustentabilidade, do Centro de Ecologia Funcional – CFE (Ciência para pessoas e o planeta) da Universidade de Coimbra. Membro da Associação de Geógrafos Japoneses – AJG. E-mail: gerson.freitas.junior@gmail.com

** Professora Adjunto e Pesquisadora na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Pós-Doutora Junior (PDJ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: elisa.freitas@ufms.br

and decision-making, so that: a) continuous planning and management are necessary; B) it is necessary to democratize, expand, deepen and make permanent the popular participation for the construction of governance; C) the exercise of citizenship depends on the social and collective appropriation of the city and d) the planning and management can not be detached from the broader approach scales.

Keywords: sustainable cities, urban, sustainability.



As cidades têm apresentado, como algumas de suas principais características, o crescimento desordenado e desarticulação entre a esfera político-normativa e a participação coletiva no planejamento e na tomada de decisões. Além disso, conforme Pacione (2007:248) e Souza e Soares (2017:143) a maior parte da população mundial vive em cidades e a concentração urbana tende a aumentar.

Pode-se afirmar que, dado o ritmo de crescimento e controle do espaço, as cidades tendem a possuir maior população residente, maior adensamento de edificações, abranger maior área ocupada e de influência, apresentar maiores problemas ambientais decorrentes do acelerado crescimento (geração de resíduos sólidos e efluentes, por exemplo) e crescente demanda por energia.

La tendencia universal, no ya em nuestros territorios, sino a nivel global, es a la concentración de la población en ciudades y en áreas urbanas. Lo urbano ocupa cada vez más suelo, y parte del que permanece libre está destinado al servicio de los usos urbanos (GOBIERNO VASCO, 2003:12).

A extrema concentração populacional não é homogênea e varia entre continentes, regiões e países, embora, de forma geral, a maior parte da população mundial viva nas cidades. Há, portanto, áreas mais densamente urbanizadas do que outras, e as cidades, embora apresentem elementos comuns, variam muito quanto ao tamanho e às especificidades históricas, geográficas,

ambientais, socioeconômicas e culturais, logo, paisagísticas. Em alguns casos, devido a semelhanças em relação a esses elementos, é possível agrupá-las em unidades histórico-geográficas, como as regiões, e político-administrativas, como as metrópoles, por exemplo.

Retomando a discussão sobre a concentração populacional, pode-se afirmar que este é um fenômeno relativamente recente na história. Embora as cidades, como fenômeno histórico, existam há séculos, apenas a partir da Revolução Industrial e, posteriormente, após a 2ª Guerra Mundial, passaram à condição de principal local de habitação da maior parte da população.

A partir de seu surgimento, havendo registros de cidades fundadas há milênios, as cidades se diferenciaram em muitos aspectos de outras formas de organização típicas do espaço rural. As diferentes cidades passaram a apresentar, progressivamente, maior número de especificidades em relação às formas de organização social, infraestrutura, fortificação, transformação da paisagem, uso dos recursos naturais e a outros diversos aspectos. Foi nas cidades gregas, entre os séculos VIII e VII a. C, conforme Rezende Filho e Câmara Neto (2001:1), o espaço de surgimento da cidadania, por exemplo.

(...) É difícil datar com precisão o aparecimento do conceito de cidadania. Sabemos que o seu significado clássico associava-se à participação política. O próprio adjetivo 'político', por sua vez, já nos remete a ideia de pólis (Cidade-Estado Antiga). Podemos concluir, então, que foi justamente sobre esse tipo de organização **urbana** que se assentaram as bases do conceito tradicional de cidadania e de uma considerável parte de seu significado atual (REZENDE FILHO & CÂMARA NETO, 2001:1). Grifo nosso.

Ao tratarem sobre o tema cidadania, os autores supracitados discorreram sobre a história das cidades e sobre as condições que possibilitaram o desenvolvimento do conceito de cidadania até o tempo recente. É possível compreender como as cidades cresceram em importância e se consolidaram como espaços de discussão política e de participação, ou seja, como espaço do exercício da socialização.

Os autores iniciam sua abordagem discutindo o surgimento e as transformações da ideia de cidadania nas cidades-estado gregas e sua posterior constituição no mundo romano. Em Roma, a cidade atingiu uma condição única em proporção e importância (política, cultural, econômica, militar, arquitetônica, simbólica, etc.). Porém, no Ocidente, com a queda do Império Romano, as cidades sofreram profundo declínio populacional e diminuição de importância como centros de socialização, decisão e participação política, perdendo grande parte de sua influência, sendo que novas formas de organização social passaram a prevalecer durante a Idade Média (formas de organização relacionadas ao feudalismo, como

a ruralização, por exemplo). Contudo, com o gradativo reflorescimento econômico e cultural, influenciando diversos aspectos da vida nas cidades, estas voltaram a apresentar centralidade.

E, posteriormente, a partir da Revolução Industrial, as cidades, embora mantivessem muitas características que, de forma geral, já apresentavam há séculos, passaram a apresentar novos elementos de organização e de relações socioespaciais, como os bairros operários, por exemplo.

Certa feita, percorri Manchester em companhia de um desses burgueses e falei-lhe da má arquitetura, da insalubridade, das condições horríveis dos bairros operários e disse-lhe que jamais vira uma cidade construída em piores condições (ENGELS, 2008:308).

Mesmo que antes da Revolução Industrial algumas cidades já apresentassem grandes contingentes populacionais, foi a partir desse marco histórico que os processos de êxodo rural e conformação da vida urbana nos moldes atuais passaram a se consolidar. A partir da segunda metade do século XX, após o final da Segunda Guerra Mundial e da mudança na organização socioespacial e produtiva nas áreas rurais (Revolução Verde), o processo de êxodo rural e o crescimento das cidades se intensificaram ainda mais. E, embora os problemas ambientais, como poluição, saneamento básico e proliferação de doenças e animais transmissores de doenças, o fornecimento de água e o acesso à água de qualidade, o necrochorume, a ventilação e o conforto térmico, escassez de áreas verdes, entre outros problemas ambientais, sejam recorrentes na história das cidades, nos dias atuais eles também atingiram proporções extremas, prejudicando profundamente a qualidade de vida urbana.

Sendo assim, no século XXI (considerando todas as suas especificidades em relação à globalização e à sociedade da informação), as cidades tornaram-se ambientes muito complexos, apresentando problemas severos, mas também grande potencial para se tornarem cidades sustentáveis, ou seja, sistemas urbanos mais eficientes e que possibilitem melhores condições de vida para a população (conforme o Movimento Cidades Saudáveis).

Além dos problemas ambientais¹ que prejudicam a qualidade de vida nas cidades e precisam ser sanados, tornou-se necessária também a constituição de novas formas de governo, de organização política e de participação social (o que está na essência da vida urbana), logo, de exercício pleno da cidadania (fundamentada em princípio democráticos de apropriação coletiva do espaço urbano).

[...] A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo históri-

¹ En este sentido, es muy útil el concepto de huella ecológica de una ciudad, que se refiere, sintéticamente, a la extensión de terreno que una determinada ciudad precisa para mantener todas sus funciones productivas y vitales. La huella de la ciudad comprende los materiales y la energía que utiliza directa e indirectamente (GOBIERNO VASCO, 2003:12).

co de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007:11).

A cidade pode ser entendida, portanto, como espaço dialético, produzido e reproduzido continuamente pelo trabalho humano ao longo da história, constituindo-se em espaço dinâmico, complexo, simbólico, contraditório, múltiplo e heterogêneo. Para compreender uma cidade é preciso olhar o passado com atenção para o futuro, pensar a cidade e suas interrelações, vivenciá-la e capacitar-se continuamente diante das novas tecnologias.

Conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações Unidas (ODS/PNUD/ONU)², especificamente em seu Objetivo 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e em suas respectivas metas (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), é preciso alcançar cidades cada vez mais democráticas e sustentáveis.

Urbanization and urban growth on this unprecedented scale pose fundamental questions as to whether this magnitude of urban development can be sustained. Consequently, the pursuit of sustainable urban development (SUD) has emerged as a major challenge for governments throughout the contemporary world (PACIONE, 2007:248).

Portanto, muitos são os desafios que se colocam em diferentes escalas de tempo e espaço frente ao planejamento, à gestão integrada e participativa e, logo, à governança que se espera constituir para o futuro.

As Abordagens sobre as cidades na Geografia

A cidade pode ser estudada por diferentes ramos do conhecimento e cada qual a abordará sob um enfoque particular, individualizando a abordagem e apresentando novas perspectivas.

Entende-se que não é suficiente explicar as cidades sob apenas um enfoque, ou melhor, a realidade das cidades pode ser abordada sob diferentes aspectos, e estes podem ser integrados, complementando e enriquecendo o entendimento. Sendo assim, é possível abordar as cidades a partir da perspectiva arquitetônica, do urbanismo, da economia, da engenharia de transportes, da Geografia, entre muitas outras.

² Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-11.html>

Para a Geografia,³ é possível abordar as cidades sob muitas perspectivas e em escalas diversas, a partir de correntes de pensamento e métodos específicos (psicogeografia e deriva, por exemplo), prevalecendo em todas as ocasiões, o enfoque espacial. E, tratando-se da discussão sobre Cidades Saudáveis⁴, cita-se, como exemplo, a proposta metodológica de Souza (2016) sobre o uso de variáveis (limpeza urbana e saneamento básico) e indicadores ambientais urbanos (coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário), analisados a partir de processos estatísticos no trabalho de Souza e Soares (2017:145-146) para o caso de Uberlândia-MG.

Os autores afirmam ainda que, para a busca pela construção de Cidades Saudáveis, se faz necessário **conhecer a cidade e suas diferentes dimensões**. Esse diagnóstico, *“panorama/realidade”* segundo os autores, *“torna possível definir estratégias de intervenção para a construção de cidades mais saudáveis”*.

Nesse sentido a busca por parâmetros e indicadores de mensuração da realidade das condições de vida no ambiente urbano se faz necessário, visto que, o resultado dessas análises pode auxiliar na espacialização dos níveis de vida da população no espaço urbano, como também, pode apontar os possíveis rumos necessários para se alcançar estratégias mais eficazes na consolidação de políticas públicas que auxiliem na minimização das desigualdades socioespaciais (SOUZA; SOARES, 2014:7).

À Geografia interessa, portanto, em etapas iniciais dos estudos, localizar e dimensionar os municípios (as cidades e as áreas rurais) e seus elementos, compreender sua espacialização física (área, número e localização de bairros, distritos, zoneamento urbano, zonas residenciais, industriais, comerciais, áreas de proteção ambiental, locais de beleza cênica, etc.), áreas de expansão e novos fixos, levantar dados ambientais e demográficos e, posteriormente, relacioná-los aos fluxos (econômicos, informacionais, energéticos, populacionais, políticos, etc.), representar os resultados (em mapas, gráficos e tabelas), buscando entender e explicar a dinâmica de suas causas, relações e evolução, ou seja, estrutura, processo, função e forma.

Conforme Santos (2006:38), o espaço pode ser entendido como um conjunto de fixos e fluxos, sendo que a interação dialética entre fixos e fluxos, carregada de intencionalidades, modifica os lugares e recria continuamente condições ambientais e sociais, expressando a realidade geográfica a ser estudada.

³ A cidade é o espaço principal de estudos da Geografia Urbana, embora outras subáreas da Geografia, como, por exemplo, a Geografia Econômica, a Geografia Regional, Geografia da Saúde, a Climatologia e etc., também possam dedicar atenção às cidades e a alguns de seus aspectos constituintes.

⁴ Cidades Saudáveis é o nome que se dá a um projeto de desenvolvimento social, que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro das atenções. É também um movimento de luta por um estilo de desenvolvimento sustentável, que satisfaça as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras de satisfazer suas próprias necessidades (GUIMARÃES, 2000:15, apud SOUZA e SOARES, 2017:144).

Como las formas geográficas contienen fracciones de lo social, no son solamente formas, sino formas-contenido. Por esto, están siempre cambiando de significado, en la medida que el movimiento social les atribuye, en cada momento, fracciones diferentes del todo social. Puede decirse que la forma, en su cualidad de forma-contenido, está siendo permanentemente alterada, y que el contenido adquiere una nueva dimensión al encajarse en la forma (SANTOS, 1985:6).

As cidades, além disso, são unidades espaciais que, em geral, compõem, juntamente com os espaços rurais, o município, que é a unidade político-administrativa, cuja sede tradicionalmente está na cidade, ou seja, na área urbana. O município é, portanto, o território composto por área urbana e área rural, havendo ainda subdivisões em distritos, bairros (possivelmente residenciais, comerciais e industriais), periferias, centro, etc.

Tradicionalmente, a divisão entre área urbana e área rural era mais simples, segmentada e baseada em critérios funcionais (atividades econômicas predominantes e tipo de cobertura do solo). Entretanto, atualmente, tornou-se mais complexo estabelecer as diferenças entre área urbana e área rural, face às profundas transformações ocorridas no campo, sendo necessário tratar campo e cidade de forma integrada e reconhecendo sua interdependência, podendo-se afirmar que existem muitos níveis e não uma dicotomia estrita entre urbano e rural, sendo que alguns autores consideram a distinção não mais adequada.

(...) tomamos como pressuposto as especificidades do rural e do urbano e admitimos a existência de um movimento de interação entre ambos que indica vários níveis de rural e de urbano, os quais seriam mensurados relativamente em uma escala de gradação que tem nos dois extremos o rural e o urbano mais intensos. O rural mais intenso seria caracterizado pelas baixas densidades demográficas e geração de riqueza e ocupação da população predominantes no setor primário; opostamente, o urbano mais intenso seria caracterizado pelas grandes densidades demográficas e geração da riqueza e ocupação da população predominantes nos setores secundário e terciário. Os diversos níveis de rural e de urbano seriam definidos a partir da maior semelhança com um ou outro extremo (GIRARDI, 2008:2).

Sobre isso, Alentejano (2003) e Girardi (2008), discutem a urbanização do campo, as recentes transformações no mundo rural e as novas formas de relação entre rural e urbano, o que levou estudiosos a reverem formas de abordar essa realidade, sendo que, enquanto alguns consideram o fim do rural, outros optam por uma análise integradora na perspectiva regional.

Da mesma forma, Silva (1999:1) afirma que a delimitação entre rural e urbano se tornou cada vez mais difícil, sendo o primeiro entendido como um *continuum* do último do ponto de vista espacial. Além disso, afirma que a associação da cidade como espaço das atividades econômicas industriais e do campo como espaço das atividades agropecuárias, também não se mantém, pois as transformações que

ocorreram nesses espaços, como industrialização do campo, “o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”, e, logo, a integração econômico-produtiva entre ambos, não justificam a separação.

Assim, como é pouco interessante a abordagem da cidade de forma autônoma em relação ao campo e mesmo de qualquer lugar de forma isolada em relação à sua inserção no mundo globalizado, os municípios são mais adequadamente compreendidos se contextualizados em unidades espaciais mais amplas, como paisagens e regiões, por exemplo. *The city cannot be fully understood by reference only to its arbitrarily defined administrative area. It has to be interpreted as an organic part of a social group (...)* (DICKINSON, 2007:165).

Sendo assim, também é uma abordagem própria da Geografia a delimitação de unidades espaciais de maior escala, ou seja, agrupamentos baseados em semelhanças (físicas, históricas, socioeconômicas, políticas, etc.), apresentando-se, principalmente, paisagens e regiões, que possibilitarão maior coesão às políticas de planejamento e gestão do território e dos recursos naturais, unidades estas às quais os municípios estão vinculados.

No caso brasileiro, essa compreensão geográfica pode ser verificada na definição de unidades espaciais que embasam (ou deveriam embasar) o Planejamento e a Gestão, como a Microrregião, a Região Metropolitana, Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Zona Costeira, etc. Novamente, no trabalho relacionado a essas unidades, é fundamental o uso de ferramentas de sensoriamento remoto, imagens de satélite e mapas.

Construindo a Governança para Cidades Sustentáveis

Face às explanações anteriores relacionadas às cidades, neste tópico discutir-se-ão princípios e conceitos relativos à construção da governança para cidades sustentáveis por intermédio do planejamento e gestão integrados e coesos. Sendo assim, organizou-se as colocações posteriores com base em algumas premissas:

- Existe a necessidade de melhorar as formas predominantes de planejamento e gestão pública.
- É necessário que o planejamento e gestão pública nas cidades apresentem continuidade.
- É necessário democratizar, ampliar, aprofundar e tornar permanente a participação popular no planejamento e na gestão pública.
- O exercício pleno da cidadania nas cidades depende da apropriação social e coletiva da cidade pelos seus habitantes.

- O planejamento e a gestão pública das cidades não podem ser desvinculados de escalas mais amplas de gestão do território.

Às premissas acima, integram-se as premissas que constituem o Movimento Cidades Saudáveis, conforme SOUZA e SOARES (2017:144):

- A Cidade Saudável é constituída através do desenvolvimento dos ambientes físico e social;
- Este desenvolvimento é alcançado através de Políticas Públicas urbanas voltadas para a melhoria da qualidade de vida;
- Essas Políticas Públicas são pautadas nas intervenções ligadas ao Planejamento Urbano;
- O estudo de indicadores é um importante instrumento de orientação e avaliação das Políticas Públicas.

É crescente, em diversos lugares do planeta, o movimento de conscientização sobre a importância da participação popular no planejamento, tomada de decisões e acompanhamento das políticas públicas relacionadas às cidades (MUÑOZ, 2008:98) e, da mesma forma, aumentam e são recorrentes as manifestações populares de reivindicação para que novas formas descentralizadas e democráticas de participação popular sejam disponibilizadas, incentivadas, garantidas e reproduzidas.

Em grande parte, essas manifestações se devem à discordância e insatisfação relacionadas às formas tradicionais de governo, às quais são, de forma predominante, excessivamente centralizadoras, pouco transparentes, corporativistas e inconstantes. Ainda que grupos políticos diferentes se alternem nas posições de governo, não têm conseguido realizar formas efetivamente democráticas de gestão, influenciando negativamente o nível de confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

La necesidad de aumentar la implicación de la población y los actores sociales en la gestión de lo público se ha convertido en uno de los mayores retos de las sociedades democráticas. Se trata con ello de incrementar la interacción de los entes públicos con la ciudadanía y lograr reducir la creciente desafección y falta de implicación política de los vecinos. La participación es un instrumento clave de mejora de la calidad de los sistemas democráticos en la medida en que otorga una mayor capacidad a la población de vigilar y ejercer funciones de control social al aparato de gobierno. También refuerza la integración social de las comunidades y sus tejidos sociales, pues supone siempre iniciar o profundizar en dinámicas de aprendizaje y adquisición de responsabilidades (ALVARADO, 2002; FONT, 2001, *apud* MUÑOZ, 2008:98)

Conforme exposto anteriormente, os sistemas urbanos atuais apresentam muitos problemas socioambientais e os desafios que se apresentam às comunidades para a construção de cidades sustentáveis são cada vez mais árduos, havendo a necessidade de que as formas tradicionais de governo (*polity* e *politics*) sejam revistas

e que o planejamento e a gestão pública atendam as novas necessidades características do mundo contemporâneo, destacando-se a sociedade da informação e o caos ambiental representado pela pegada ecológica (*huella ecológica*) da sociedade global, que ultrapassou a capacidade de recarga do Sistema Natural Terrestre.

De acordo com Joaquín Farinós Dasí (2008), a governança é proposta como um modelo alternativo de gestão pública, esperando-se para que seja alcançado o Desenvolvimento Sustentável:

A lo largo de las dos últimas décadas el concepto de gobernanza se ha convertido en cuestión central de debate en el campo de las ciencias sociales, centrándose en particular en las relaciones entre gobierno y gobernanza. Mientras que el primero se refiere a la presencia de un poder (el del estado), organizado a través de una serie de poderes públicos (con relaciones jerárquicas entre ellos) y procedimientos burocráticos como forma de funcionamiento, la gobernanza se refiere a la emergencia de un nuevo sistema de relaciones más complejo que incluye nuevos actores emergentes externos (hasta ahora) a la arena política. La gobernanza representa, por tanto, un modelo alternativo de gestionar los asuntos públicos (DASÍ, 2008:12).

Da mesma forma, conforme Souza e Soares (2017:143), ao citarem Goldstein e Kichbusch (1996), o crescimento do Movimento Cidades Saudáveis, surgido no Canadá em 1978, representa a busca por melhorias da qualidade de vida da população, *“com foco em transformações positivas no espaço urbano, dialogando diretamente com o Planejamento Urbano, “expandindo recursos comunitários que permitam às pessoas apoiarem-se mutuamente nas várias dimensões de sua vida e no desenvolvimento do seu potencial máximo”*.

Portanto, considerando-se a premissa de que a o planejamento e a gestão pública não devem se desvincular de escalas de gestão mais amplas, entende-se que a Governança possa se realizar como um elo integrador entre os cidadãos, a cidade, as paisagens e a região, reconhecendo-se a própria essência sociocultural das unidades com as quais se pretende abordar o planejamento e a gestão do território.

(...) integrar el paisaje en las políticas de ordenación territorial y urbanística y en sus políticas en materia cultural, medioambiental, agrícola, social y económica, así como en cualesquiera otras políticas que puedan tener un impacto directo o indirecto sobre el paisaje (UE, 2000:3).

Ao discorrer sobre a posição de Copenhague (Dinamarca), como uma das cidades mais sustentáveis do planeta, o arquiteto dinamarquês Jan Gehl⁵ (2011) afirma que a escala das pessoas deve ser a mais importante: *“(...) há uma importante ligação entre o interesse nas pessoas, e a política de cuidar dos problemas das pessoas e o planejamento da cidade”*.

⁵ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=WpfUp9ZGlc8> – Dutch Design, 2011.

A construção da Governança e a consolidação de formas de participação social fortalecidas e duradouras envolvem um processo de ações em diferentes frentes e em escalas variadas de tempo (curto, médio e longo prazo) e espaço (municipal, regional, estadual, nacional e continental), por intermédio do estímulo à formação participativa e do uso de instrumentos normativos.

La coordinación a un nivel local y urbano-regional debería fortalecerse. El objetivo es lograr una asociación en términos de igualdad entre las ciudades y las zonas rurales por un lado, y también entre las poblaciones pequeñas, medianas y grandes y las ciudades dentro de las regiones urbanas y las regiones metropolitanas por otro. Debemos dejar de considerar las cuestiones y decisiones sobre política de desarrollo urbano de forma aislada a cada ciudad. Nuestras ciudades deberían ser puntos focales del desarrollo urbano-regional y asumir responsabilidad en la cohesión territorial. Por consiguiente, sería de gran ayuda si nuestras ciudades pudieran establecer entre ellas una red de relaciones más estrechas (...) (UE, 2007:3).

Na etapa inicial do processo, conforme descrito anteriormente, como parte da abordagem geográfica das cidades, é preciso que todos os atores sociais conheçam o território e o potencial socioambiental existente, além de reconhecerem que suas práticas sociais constroem o espaço e lhe atribuem significados.

Cada nivel de gobierno (local, regional, nacional y europeo) tiene su propia responsabilidad para con el futuro de nuestras ciudades. Para que este gobierno a distintos niveles sea realmente efectivo, debemos mejorar la coordinación de las áreas de política sectorial y desarrollar un nuevo sentido de responsabilidad respecto a la política integrada de desarrollo urbano (UE, 2007:2).

Da mesma forma, seja em relação às suas subunidades, seja em relação às esferas mais abrangentes, a cidade possui instrumentos legais disponíveis à governança. Existem diversas instâncias dedicadas à discussão dos problemas das cidades, em diferentes escalas, de forma que, já existentes e disponíveis, precisam ser apropriadas pela população como uma das formas de exercício da cidadania, a partir da escala local e atingindo-se a escala continental.

No caso brasileiro, desde as Associações de Bairro, os Conselhos Municipais, as Audiências Públicas, passando pelas Leis Orgânicas de Municípios, Planos Diretores municipais, Leis de criação de Regiões Metropolitanas, chegando-se à escala federal com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o Estatuto das Cidades, o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, as Conferências Nacionais sobre Cidades, e mesmo no nível continental (Programa de Cidades Sustentáveis, Biodiversidade e Gestão Sustentável do Solo da Organização dos Estados Americanos e Mercado Comum de Cidades – Mercociudades do MERCOSUL) e chegando-se ao nível global e seus desdobramentos (Agenda 21 Global, Programa da ONU para Cidades Sustentáveis e ONU Habitat), são muitas

as possibilidades de participação social e realização de uma efetiva cidadania urbana.

Na contemporaneidade, as tecnologias da informação e o acesso a ferramentas digitais contribuem positivamente para que essas possibilidades de exercício da cidadania se efetivem e se consolidem como instrumentos de democratização das informações. Papel de destaque é atribuído às instituições de ensino, em seus diversos níveis, em relação à tarefa de formar cidadãos conscientes de sua responsabilidade na construção do futuro e nas possibilidades de se capacitarem para tarefa de tamanha envergadura.

Considerações finais

Conforme abordado nas páginas anteriores, a discussão sobre Cidades Sustentáveis integra conteúdos diversos, a partir de uma abordagem histórica, passando pelo papel da Geografia no estudo, a interpretação, explicação e representação dos espaços urbanos, com o objetivo de contribuir com a cidadania por intermédio da governança.

A participação social ampla e efetivamente coletiva tem sido uma crescente demanda em diversos lugares, devido à conscientização e ao apelo popular por melhores condições de vida nas cidades, haja visto o aumento da concentração populacional nas áreas urbanas e os crescentes problemas ambientais.

Novas formas de Planejamento e Gestão têm sido propostas, com base no questionamento de formas predominantes de tomada de decisão. A complexa dinâmica urbana faz com que sejam necessárias formas mais democráticas e participativas que permitam efetivamente que as cidades sejam pensadas pelas pessoas e para as pessoas, não sendo mais adequado pensar as cidades de forma individualizada, mas, sim, inserindo-as em contextos mais amplos.

Buscou-se neste texto uma síntese, valorizando-se o papel da Geografia e suas contribuições teórico-metodológicas para o entendimento das cidades, atribuindo relevância à escala das pessoas como necessária para a construção de ambientes urbanos mais saudáveis, na medida em que, coletivamente, podem exercer a cidadania por intermédio da Governança, em detrimento a formas centralizadoras de Planejamento e Gestão do Território.

Espera-se que estudantes, principalmente aqueles interessados em estudar as cidades, vislumbrem possibilidades para desenvolver seus trabalhos.

Agradecimentos

Ao Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra – CEF/UC⁶ - Science for People & the Planet; Prof^a Dr^a Rosa Ester Rossini – Universidade de São Paulo (USP), Brasil e Prof. Dr. Carlos J. Pardo Abad – Universidade Aberta de Portugal (UAb).

Referências

ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*. n. 21, 2º sem, p. 25-39, 2003. Disponível em: < <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749>>

BRITO, T.M.A. Reflexões sobre a Região. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/02.pdf>>.

CARLOS, A.F.A. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. LABUR Edições. GESP. 2007. DG/FFLCH/USP. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp>

DASÍ, J.F. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. Depto. de Geografía / Instituto Interuniversitario de Desarrollo local. *Boletín de la A.G.E.*, n. 46, p. 11-32, 2008.

DICKINSON, R. *City, Region and Regionalism: A geographical contribution to human ecology*. Routledge Library editions – the city, 2007. First published in 1947.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B.A. Schumman. Edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

GIRARDI, E.P. *Atlas da questão agrária brasileira*. Universidade Estadual Paulista – UNESP (parte de tese de doutorado), 2008. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>>.

MUÑOZ, S.F. Participación pública, gobierno del territorio y paisaje en la comunidad de Madrid. *Boletín de la A.G.E.* N.º 46 - 2008, págs. 97-119.

PACIONE, M. Sustainable Urban Development in UK: Rethoric or reality? *Geography*, Vol. 92, No. 3 (Autumn 2007), pp. 248-265. Published by: Geographical Association Stable. URL: <http://www.jstor.org/stable/40574338> Accessed: 22-01-2016 18:48

REZENDE FILHO, C.B. & CÂMARA NETO, I.A. A evolução do conceito de cidadania. *Revista de Ciências Humanas da UNITAU*. Volume 7, nº 2, 2001. Disponível em: <http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/revista_v7_n2_2001.htm>.

SANTOS, M. Espacio y método. EDUSP. 1985. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/geo65.htm>>. Cuadernos críticos de Geografía Humana. *GEOcrítica*, Año XII. Número: 65, Septiembre de 1986.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SILVA, J.G. *O novo rural brasileiro*. Campinas, IE/UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, 1999 (2ª edição). Disponível em: < www.geografia.ffiich.usp.br/graduacao/.../O_novo_rural_brasileiro.pdf>.

⁶ <http://cfe.uc.pt/#/>

SOUZA, J.R. *Trilhando por Cidades Saudáveis*: contribuição metodológica de índice e aplicação em Uberlândia, MG. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SOUZA, J. R.; SOARES, B. R. A utilização de Indicadores como suporte à gestão das Políticas Públicas no Brasil. In: *Colóquio Ibérico de Geografia*, 14., 2014, Guimarães. Anais... Guimarães, Portugal: Departamento de Geografia, Universidade do Minho, 2014. p. 774-780.

SOUZA, J. R.; SOARES, B. R. Em busca de cidades saudáveis: metodologia de análise de indicadores ambientais urbanos em Uberlândia, Minas Gerais. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*. Volume 13, nº 1, 2017. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/1496/1518>.

UE. *Carta de Leipzig sobre Ciudades Europeas Sostenibles*. Unión Europea. Borrador Final, 02/05/2007.

UE. *Convenio Europeo del Paisaje*. Consejo de Europa. 2000. Disponible en: <<http://www.magrama.gob.es/en/desarrollo-rural/temas/desarrollo-territorial/convenio.aspx>>.